

LEA, Vanessa Rosemary. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis*. São Paulo, Edusp, Fapesp, 2012, 496 p.

CARLOS MELO DE OLIVEIRA PAULINO

Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v23i23p337-341

Publicado em 2012, *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis* é resultado de pesquisa realizada pela docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp), Vanessa Rosemary Lea, ao longo de mais de trinta anos de trabalho com o povo indígena Mëbêngôkre (também conhecido como Kayapó). O tema principal do livro é a transmissão e perpetuação de nomes pessoais e riquezas (*nekretx* na língua Mëbêngôkre) entendidos como constituintes da herança distintiva de Casas matrilineares.

De 1978 até 2011, a antropóloga pesquisou e conviveu com os Mëbêngôkre em suas aldeias por quase dois anos fracionados em catorze viagens. Além de realizar pesquisa, a autora também trabalhou em outras circunstâncias junto aos Mëbêngôkre, tal como em cursos de formação de professores indígenas.

As quase quinhentas páginas do livro estão divididas em dez capítulos (mais introdução, posfácio e sete apêndices), que por sua vez estão subdivididos em diversos itens. Essa divisão torna, apesar de extensa, a leitura da obra uma atividade dinâmica, e a procura por um tema específico dentro do livro, uma tarefa simples. O texto também é acompanhado quase sempre por fotos e diagramas de alta qualidade que ajudam muito sua compreensão. Em certos

parágrafos, no entanto, o encadeamento de ideias é confuso e encontramos pequenos erros gramaticais e tipográficos.

Conforme explicado no livro, o povo indígena Mëbêngôkre é historicamente dividido em diversos subgrupos e aldeias com diferentes etnônimos, sem que, no entanto, deixem de falar a mesma língua e compartilhar aspectos culturais. A experiência maior de Lea é com o subgrupo denominado Mëtyktire, localizado atualmente na Terra Indígena Kapoto-Jarina, no estado do Mato Grosso, a oeste do rio Xingu. Porém, embora a maioria de seus dados seja relativo aos Mëtyktire, por meio de comparações com autores que estudaram outros subgrupos Mëbêngôkre e devido às já mencionadas semelhanças linguísticas e culturais entre esses subgrupos, muitos dos argumentos e afirmações da autora se estendem a todos os Mëbêngôkre. Ao longo da obra, ambos os termos (Mëtyktire e Mëbêngôkre) são usados para se referir ao povo indígena estudado.

A obra se inicia com uma contextualização geral da autora, sua pesquisa e sua relação com o grupo indígena estudado. Na sequência, o primeiro capítulo traz uma revisão geral de estudos históricos e antropológicos sobre os Mëbêngôkre e outros grupos da família linguística Jê (da qual os Mëbêngôkre fazem parte). Essa revisão serve bem ao propósito de situar o leitor, mesmo aquele que desconhece

completamente o povo estudado, para o restante do livro.

Os capítulos 2, 3 e 4 continuam com a descrição do povo estudado abordando, respectivamente, os temas das Casas, habitações e aldeia; vida cotidiana; e terminologia de parentesco e onomástica. Embora estejam baseados fundamentalmente na experiência etnográfica da própria autora, ao longo desses capítulos são abundantes as referências comparativas ao trabalho de outros pesquisadores que estudaram os Mébêngôkre e/ou outros povos (não somente jê, nem somente ameríndios).

O conceito de Casa é central para o desenvolvimento de todo o argumento da obra. Entre os Mébêngôkre, é usado por Lea para designar um coletivo de pessoas ligadas por descendência uterina, descrito como uma pessoa jurídica e moral que é sujeito de direitos e deveres. A Casa não deve ser confundida com as habitações físicas; tanto uma Casa pode ser composta por várias habitações quanto podem haver membros de uma Casa vivendo numa aldeia em que não haja nenhuma habitação física a representando. Da mesma forma, devido ao padrão de residência uxorilocal e à exogamia das Casas, os homens só residem numa habitação que compõe sua Casa até casarem, residindo numa habitação da Casa de sua esposa após o casamento.

Embora a autora caracterize os Mébêngôkre através da descendência uterina, há um aspecto de sua organização social pouco trabalhado nessa obra que evoca um viés patrilinear: as relações de amizade formal. Tais relações são transmitidas por linha paterna e, dentre outras particularidades, tornam os amigos/as formais interditos para casamento, sendo que, idealmente, uma mulher deve eleger um de seus amigos formais de geração mais nova para casar com sua filha. Para dar conta dessa inflexão patrilinear,

a autora resgata brevemente a noção de “filiação complementar” proposta por Meyer Fortes no texto “The Structure of Unilineal Descent Groups”, argumentando, como ele, que a filiação bilateral é um aspecto universal do parentesco.

Lea nota ainda que os Mébêngôkre constituem um caso interessante para se refletir sobre o conceito de descendência e suas aplicações, já que, apesar de preponderantemente matrilineares, evocam também aspectos de descendência dupla (via amizade formal patrilinear) e de sociedades de casas (via seus patrimônios e sua constituição como sujeitos de direitos e deveres).

No capítulo sobre parentesco, impressiona a grande quantidade de termos para uso em contextos e por pessoas diversas: termos de referência e vocativos; termos usados unicamente durante choro ritual; termos usados somente em certas falas de chefes; e os chamados termos triádicos. Esses últimos constituem a contribuição mais original da obra para o estudo do parentesco Mébêngôkre; são utilizados para falar sobre uma terceira pessoa condensando em um só termo a relação que o falante e seu interlocutor têm com ela. A grande complexidade do vocabulário de parentesco atesta a meticulosidade com que os Mébêngôkre classificam suas relações, ao mesmo tempo que uma série de exemplos concretos demonstra como os indígenas operam essas classificações e como é possível transformá-las.

Há um debate sobre a construção do parentesco entre os povos ameríndios que não chega a figurar diretamente no livro, mas com relação ao qual, no entanto, a autora parece afirmar sua posição. Opondo-se à abordagem formulada por Eduardo Viveiros de Castro e trabalhada, entre os povos jê, sobretudo por Marcela Coelho de Souza, essa autora considera as relações de parentesco Mébêngôkre não

como construídas, mas como essencialmente dadas por um pensamento que se baseia, ao menos parcialmente, em critérios genealógicos. Isso não quer dizer que não existam nuances e transformações de classificação relacionadas à proximidade de convívio e à adequação aos ideais de comportamento, apenas que essas mudanças não afetam o *status* fundamental das relações de parentesco da forma como os Mébêngôkre as concebem.

Os capítulos 5, 6 e 7 tratam especificamente da questão dos nomes pessoais. São basicamente três os tipos: bonitos, comuns e de brincadeira. Cada pessoa deve ter ao menos seis nomes de qualquer tipo, mas esse número chegou a 32 em um caso registrado pela autora. O nome pelo qual a pessoa é conhecida publicamente pode ser de qualquer tipo; o que diferencia os nomes uns dos outros é sua origem. Nomes bonitos e comuns são transmitidos de uma pessoa a outra da mesma forma; no entanto, enquanto os nomes bonitos têm origem no tempo mitológico ou em expedições xamânicas, os comuns têm sua origem nos nomes de brincadeira. Esses últimos, por sua vez, são inventados em determinadas situações, sendo em geral esquecidos após algum tempo, mas podendo também ser transmitidos a outrem, tornando-se assim nomes comuns.

Os nomes bonitos têm ainda outros aspectos relevantes; a saber, o fato de que devem ser confirmados em uma cerimônia para que sejam reconhecidos como verdadeiramente bonitos. Existem oito classificadores e cada um deles está ligado a diferentes cerimônias de confirmação. A realização de uma cerimônia para confirmar nomes bonitos é um evento dispendioso para os pais do nominado (que são patrocinadores da festa), já que devem fornecer alimento para toda a aldeia. Se concluída com sucesso, a confirmação dá

aos detentores dos nomes bonitos o direito de vestir certos adornos e faz que seu pai e mãe passem a poder ser chamados por um termo específico que designa o fato de terem um filho com nome bonito confirmado.

Cada nome pessoal é tido como propriedade coletiva de uma Casa específica, o que não significa que não haja disputas sobre a que Casa pertence tal nome e sobre o uso indevido de nomes alheios. O saber onomástico é em geral tido como um assunto de mulheres, o que é compatível com a descendência uterina; as anciãs são quem perpetua o legado de suas Casas.

A transmissão de nomes é sempre feita de um *nhênget* (categoria que inclui o irmão da mãe, os avôs e outros parentes) ou *kwatjy* (categoria que inclui a irmã do pai, as avós e outras parentes) para seus *tabdjwý* (categoria que inclui os filhos/as de germanos de sexo oposto, os netos/as e outros/as). Entretanto, é comum que as funções de nominador (aquele que transmite o nome, mas que não necessariamente o possui) e epônimo (aquele que possui o nome, mas não necessariamente o transmite) sejam executadas por pessoas diferentes. Assim, uma mãe (agindo como nominadora) pode transmitir a seu filho nomes de um *nhênget* falecido (que faz o papel de epônimo) que não estejam sendo utilizados por outra pessoa para evitar que esses nomes se percam.

Essa regra de transmissão faz que – sobretudo no caso de nomes femininos, já que a epônima ideal é a irmã do pai que pertence a uma Casa diferente de ego feminino – os nomes frequentemente sejam transmitidos para alguém que não é membro da Casa a qual o nome pertence. Nesses casos, considera-se que a pessoa que recebe o nome tem apenas o usufruto dele, mas não é sua dona legítima, devendo devolvê-lo a alguém da Casa a

qual o nome realmente pertence na geração seguinte.

Como cada pessoa tem muito mais nomes do que usa cotidianamente, a ocasião em que eles são mais importantes é justamente sua (re) transmissão. Essa regra de transmissão obedece a um princípio de reciprocidade, pois, idealmente, todo nominado será um dia nominador e a transmissão de nomes implica alianças entre Casas distintas. Para os Mëbêngôkre, é essencial nesse ciclo de transmissões que os nomes, depois de serem transmitidos uma vez para fora, retornem à sua Casa de origem sob perigo de gerarem conflitos e acusações de usurpação caso não o façam.

Passando para os capítulos 8 e 9, chegamos ao conceito de *nekretx*. Lea explica *nekretx* como sendo a propriedade de cada pessoa, no sentido daquilo que é exclusivo dela e que a constitui como pessoa distinta de outras. O ponto chave aqui é a exclusividade como produtora de diferenças; o uso indevido de *nekretx* por pessoas que não possuem essa prerrogativa motiva grandes conflitos, que podem resultar na cisão de aldeias e até mesmo em assassinatos entre os envolvidos. Da mesma forma que os nomes pessoais, os *nekretx* são identificados como herança coletiva de uma Casa específica. Idealmente, quando um adulto escuta um nome ou vê um *nekretx*, identifica o usuário como membro (ou *tabdjuj* de algum membro) da Casa proprietária.

A transmissão de *nekretx* se dá seguindo a mesma regra que a transmissão de nomes, de *nhênget* ou *kwatij* para seus *tabdjuj*. No entanto, a transmissão de nomes e *nekretx* é feita separadamente, a transmissão de um não implica a do outro. Uma diferença importante na transmissão de *nekretx* é que um único *nekretx* pode ser transmitido para mais de uma pessoa, ao contrário do que acontece com os nomes.

Quanto mais isso ocorre, menos esse *nekretx* é valorizado, já que, sendo possuído por muitas pessoas, seu poder distintivo se reduz a ponto de que certas pessoas abram mão de alguns de seus *nekretx* por considerarem que estão muito difundidos. O inverso também é verdadeiro e aqueles que são portadores únicos de algum *nekretx* se vangloriam desse fato.

Dentre os apêndices, além de informações linguísticas, plantas de aldeias e dos dados genealógicos coletados pela autora, se destaca uma extensa e fascinante lista de *nekretx* agrupados por categorias (animais de estimação, adornos diversos, cantos e papéis cerimoniais, bens industrializados, itens colecionáveis etc.) e divididos pelas Casas às quais pertencem. Tal inventário ilustra a enorme quantidade e variedade de *nekretx* existentes e a complexidade do tema.

O capítulo 10 oferece, à guisa de conclusão, algumas comparações entre os Mëbêngôkre e outros povos da família linguística jê, bem como algumas problematizações de ordem conceitual, numa tentativa de amarrar a grande quantidade de informações presentes no livro.

Por fim, embora pontuada em diversos pontos do livro, é apenas no posfácio que a noção de pessoas partíveis presente no título da obra ganha um pouco mais de atenção. Lea explica então que entende os nomes pessoais e *nekretx* não como propriedades externas que são transmitidas entre indivíduos, mas, com efeito – seguindo a linha de pensamento consagrada por Marilyn Strathern em seu livro *The Gender of the Gift* (1988) –, como extensões das pessoas, aspectos partíveis que circulam e se combinam de incontáveis maneiras para formar singularidades. Essa abordagem implica que, ao analisar o sistema de nomes e *nekretx*, o foco não está somente na transmissão e usufruto desses bens, mas na relação entre as pessoas das quais esses bens são aspectos partíveis.

autor **Carlos Melo de Oliveira Paulino**

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP) e indigenista da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Recebido em 28/08/2014

Aceito para publicação em 08/12/ 2014